



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Nova cara

Um dia após a aprovação da reforma administrativa de Jundiá, o Executivo começou a colocar em prática a nova legislação. A primeira modificação visível foi no portal da prefeitura. As cores, antes tons de vermelho e laranja, passaram para o azul. Os acessos também já foram modificados nesta semana por conta da implementação das plataformas.

Cargos

Na Imprensa Oficial de Jundiá (IO), ontem, foi publicada a nova designação dos secretários, que passaram a ser gestores das unidades. A etapa faz parte do processo de readequação da reforma administrativa no Paço. Nas próximas edições da IO, devem ser publicadas as nomeações dos cargos em comissão que ainda não foram ocupados. Segundo a lei, Jundiá poderá ter 326 cargos em comissão contra 451 na gestão passada.

Audiência pública

Já está disponível para consulta, no site da Câmara de Jundiá, o projeto de lei do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) sobre a regulação do transporte privado individual de passageiros, o conhecido Uber. O assunto será tema de audiência pública agendada para o dia 23. O assunto deve render grande discussão, já que este tipo de serviço compete diretamente com os taxistas. No município, já houve confronto entre taxistas e 'uberistas'.

'Doçura'

"Sou como cana na moenda: por mais que seja espremido, só consigo dar doçura", disse o presidente Michel Temer ontem em Monteiro (PB) no final de um discurso na cerimônia de chegada das águas da transposição do rio São Francisco à Paraíba. Ele atribuiu a frase a dom Hélder Câmara. Temer falava num campo minado. Em Monteiro, um dos municípios do semiárido nordestino atingidos por uma seca que já dura cinco anos, a maioria dos moradores ouvidos pela reportagem acredita ao ex-presidente Lula a paternidade da transposição.

Sem candidatura 1

O prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), falando para associações de bairro de áreas nobres da cidade, voltou a dizer que não vai sair da prefeitura antes de completar seus quatro anos de mandato. Ele foi bastante enfático a dizer que não será governador, nem presidente. "Fui eleito para ser prefeito e vou trabalhar em dobro como estamos fazendo."

Sem candidatura 2

Ovacionado pelo público que lotou o auditório do Museu Brasileiro de Escultura, no Jd. Europa, Doria foi cercado ao fim de sua fala. Muitos moradores pediram para que o político tucano reconsiderasse a ideia. Todos diziam que Doria precisa ser o novo presidente do Brasil. Várias vezes, durante sua fala, Doria foi muito aplaudido. Como, por exemplo, quando falou que os "pichadores serão presos".

EXECUTIVO

Cobrança feita pelo Tribunal de Justiça é de mais de R\$ 1,1 milhão; situação está em fase preparatória

Jundiá remaneja orçamento para pagar título precatório

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Desde o começo do ano foram feitos remanejamentos no orçamento de Jundiá para cobrir contas e fazer aquisições necessárias para o andamento da administração. Contudo, na edição da Imprensa Oficial de quarta-feira, 8, foi publicado remanejamento para pagamento de precatórios no valor de R\$ 1.154.881,26. A assunto ainda está em fase de detalhamento, por isso, a administração municipal não informa quais são os credores a serem pagos.

A Unidade de Governo e Finanças informou, por nota, encaminhada pela assessoria de imprensa, que "o valor do remanejamento destinado ao pagamento dos precatórios, inserido no decreto número 26.826, de 7 de março de 2017 e publicado na Imprensa Oficial de 08/03/2017, trata-se de re-



FINANCEIRO Remanejamento de verbas tem sido usado pelo governo municipal para pagar dívidas e até comprar material essencial

manejamento corretivo entre os elementos destinados aos pagamentos de juros e da principal da dívida requi-

sitada pelo Tribunal de Justiça e, por se tratar de fase preparatória (orçamentária), está prejudicado o com-

plemento da resposta no que se refere ao detalhamento (valores e credores). O decreto abriu no orça-

mento um crédito adicional suplementar no valor citado nas dotações de Gestão Administrativa dos Pagamentos Requisitórios e Sentenças Judiciais Próprias. Ainda, de acordo com a publicação, a cobertura do crédito será feita com recursos das mesmas contas de dotação.

Outros

Mas não foi somente para pagar dívidas que a Prefeitura de Jundiá teve de remanejar orçamento. Ainda na mesma publicação da Imprensa Oficial, foi publicado remanejamento de dotação orçamentária para atender despesas com aquisição de refeição para os servidores do Centro de Controle de Zoonoses em atividades de campo e despesas com a manutenção das atividades do setor. Foi necessário deixar em aberto no orçamento do município um crédito adicional suplementar de R\$ 19.710,90.

DELAÇÕES

Odebrecht tenta evitar a divulgação de vídeos

Advogados de delatores da Odebrecht entraram com pedidos junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) para que as imagens gravadas durante os depoimentos prestados aos procuradores da operação Lava Jato não sejam divulgadas após a retirada do sigilo.

A reportagem apurou com

pessoas ligadas aos delatores que eles não enxergam problema na divulgação de áudios, mas insistem que quem ter as imagens preservadas, principalmente para não sofrerem represálias em locais públicos.

Até esta sexta-feira (10), cerca 15 petições foram protoco-

ladas no STF com essa solicitação. Os defensores se baseiam em artigo da lei que baliza a colaboração premiada.

De acordo a legislação, são direitos do colaborador "ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados", além de "não ser sua identidade revela-

da pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado sem sua prévia autorização por escrito".

Na próxima semana, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve entregar ao STF os pedidos de abertura de inquéritos para investigar fatos relacionados a polí-

ticos com foro privilegiado que tiveram crimes revelados segundo delatores da Odebrecht. A expectativa dos envolvidos no caso é a de que o ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF, levante o sigilo do conteúdo que baseou os pedidos de inquérito. (Folhapress)

JUSTIÇA

Moro diz que defesa de Lula faz 'propaganda política' do petista

Durante um debate em audiência nesta sexta-feira (10), o juiz federal Sergio Moro afirmou que a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz "propaganda política" do governo petista e disse que a prática é "inapropriada".

O juiz indeferiu uma pergunta do advogado Cristiano Zanin Martins, defensor do ex-presidente, que perguntava ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, se o governo de Lula "trouxer benefícios ao país, e não buscou benefícios pessoais".

Meirelles foi convocado como testemunha de defesa do ex-presidente. Antes da questão, ele falou sobre política macroeconômica do governo Lula e seus efeitos na economia brasileira. "A impressão é a defesa está fazendo propaganda política do governo anterior. Isso não é apropriado", afirmou Moro.

O juiz entendeu que a resposta à pergunta seria uma opinião, e não um fato, e por isso a indeferiu.

"Não estou fazendo propaganda política. Eu sou advogado. Só estou enfrentando a acusação difusa que o Ministério Público

lançou nos autos", afirmou Zanin.

Lula responde a uma ação acusada de ter se beneficiado de propina na compra e reforma de um triplex no Guarujá (SP).

Conforme apurado pela reportagem, na denúncia, o Ministério Público Federal o acusou de ser "o comandante máximo" do esquema de corrupção na Petrobras, e disse que o petista governava uma "propriedade" para garantir a governabilidade.

Em nota, a defesa de Lula disse que sua arguição era "pertinente e favorável", e que a intervenção de Moro demonstrou um "notório desrespeito ao trabalho da defesa".

"Há uma clara opção de deixar ofuscar os sólidos argumentos que a defesa leva ao processo com incidentes periféricos gerados pelo juiz", afirmou Zanin, em nota.

Sem ilícitos

Meirelles foi presidente do Banco Central durante os dois mandatos de Lula, e declarou que "nunca viu algo ilícito" durante o governo do petista.

"A minha relação com o

presidente Lula era totalmente focada em assuntos relativos ao Banco Central e à política econômica. Nessa interação, eu nunca vi ou presenciei algo que pudesse ser identificado como algo ilícito", afirmou Meirelles.

O economista ainda disse ter atuado com "independência" à frente do cargo.

"Independentemente de desacordos que eu tive com diversos membros da administração, com outros ministros ou opiniões do próprio presidente, eu sempre tomei decisões de forma completamente independente, e ele me manteve no cargo", declarou.

O ex-ministro Luiz Fernando Furlan, que ocupou a pasta do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, também prestou depoimento nesta sexta (10).

Furlan declarou que todas as reuniões entre empresários e Lula que presenciou tratavam de "assuntos de interesse do país", e que nunca identificou práticas ilícitas no relacionamento do ex-presidente com o setor produtivo. (Folhapress)

LAVA JATO

Bumlai assume valores, porém nega obstrução

O pecuarista José Carlos Bumlai confirmou ontem que seu filho, Maurício Bumlai, fez dois repasses de R\$ 50 mil ao ex-senador Delcídio do Amaral, mas negou que o dinheiro tenha qualquer relação com a compra do silêncio do ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

Na ação em que prestou depoimento nesta sexta-feira, Bumlai é réu junto com Delcídio, Lula, o banqueiro André Esteves e mais duas pessoas, todos acusados de buscar obstruir as investigações da Operação Lava Jato, ao tentarem impedir que Cerveró assinasse um acordo de delação premiada com a Justiça.

O pecuarista, que já foi condenado a nove anos de prisão na primeira instância em outro caso da Lava Jato, cumpre prisão domiciliar em São Paulo. Ele foi interrogado nesta sexta-feira (10) pelo juiz Ricardo Soares Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília.

Bumlai confirmou que Delcídio de fato falou sobre uma possível delação de Cerveró em uma conversa que teve em 2015 com seu filho, Maurício Bumlai, mas este teria recusado qualquer envolvimento com o assunto.

"Inicialmente o pedido foi R\$ 50 mil, ele deu. Ai te-

ve um segundo pedido de mais R\$ 50 mil e ele deu também, e é só", afirmou Bumlai, reiterando que as quantias teriam sido entregues por seu filho somente para manter uma boa relação com o então senador, cujo poder poderia prejudicar os negócios dos Bumlai.

O pecuarista negou qualquer envolvimento com Cerveró, com quem não tinha nenhuma relação antes do ex-diretor ser preso, em 2015. Os dois dividiram uma cela por quase um ano na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba.

À época dos repasses, em 2015, Delcídio chegou a ser preso em pleno exercício do cargo de senador, acusado de tentar montar um esquema para impedir a delação premiada de Cerveró. Ao Conselho de Ética do Senado, no processo que resultaria na cassação de seu mandato, ele disse ter encaminhado R\$ 250 mil dados por Bumlai para o ex-diretor da Petrobras a pedido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na próxima terça-feira (14), às 10h está marcado o depoimento de Lula no caso. O advogado do ex-presidente confirmou que ele comparecerá à audiência. (Folhapress)